

ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO



10^a

Aos quinze dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, sob a presidência do excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Vítor Manuel Parreira Batista, Ilídio Granjo Vaz, Primeiro Secretário.-----

-----Aberta a sessão pelo senhor Presidente da Assembleia, procedeu-se à chamada. Verificou-se a existência de quórum para dar início aos trabalhos, estando presentes trinta e seis membros dos quarenta e três que constituem este órgão, assim relacionados: -----

-----Vítor Manuel Parreira Batista, Jorge José Martins Dias, Manuel Luís Varandas, Ilídio Granjo Vaz, Paulo Daniel Lopes Carvalho, Ana Cristina Preto Fernandes, Manuel José Cruz Duarte Lobo, Paulo Ricardo Malta Coelho, Eliana Isabel Pereira Magalhães, Ana Cristina Nunes da Silva Barroco, Amélia Maria Pereira Miguel Machado, Rute Solange Quitério Rainha Pacheco, Luís José Pinto Lopes, José Pedro Ovelheiro Amaro, Luís Miguel Castro Cordeiro, António Amálio Oliveira, António Luís Bernardo Martins, João Manuel Afonso Geraldês, José Francisco Marcos Carrasco, Silvina Nogueira Nunes Pereira, Carlos Alberto Telo Figueira, Carla Alexandra Reis Lousão, José António Freitas, Francisco José Telo Afonso, Fernando Augusto Marcos, Conceição Fernanda Marcelo Meirinho, Rui Manuel Pimentel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Maria José Ramos Fernandes, Ricardo André Ramos Marcos, Américo Rodrigues, António Manuel Silva Frade, Amílcar André Machado e Ricardo Necessidade Cunha Garcia. -----

-----De registar as faltas de comparência do membro, Orlanda da Conceição Xavier Fitas Esperança, com justificação, do membro Belmiro Joaquim Mendes Ferreira com justificação, do membro Rui Manuel Felgueiras Mesquita sem justificação -----

O senhor Presidente procedeu ainda à justificação da falta de comparência do membro Anabela Mendes Pereira, do membro Filipe Manuel Ribeiro Pires do membro Luís Filipe Marcos Castro, todos com justificação e do presidente da Junta de Freguesia de Peredo de Bemposta, Luís Pedro Martins Lopes que, com a devida antecedência, comunico a falta e indicou o seu substituto, Armando Joaquim Lopes na qualidade de tesoureiro. -----

-----Prosseguiu de seguida, com os trabalhos que contou com a seguinte ordem do dia: -----

-----ORDEM DO DIA-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----Pedido de renúncia do membro eleito da Assembleia Sandra Cristina Mendo Moura. -----

-----Substituição da vagatura do membro eleito pelo PSD. -----

-----Eleição da vagatura gerada na mesa da Assembleia (2ª secretária).

-----1.1-Ata da 9ª sessão ordinária do dia 26 de junho de 2023 - apreciação e deliberação. -----

-----1.2-Proposta de votos de louvor — apreciação e deliberação. -----

-----1.3-Proposta de votos de pesar—apreciação e deliberação informação da correspondência recebida e expedida. -----

-----1.4-Período de intervenção do público. -----

-----1.5-Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----2.1-Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do município, bem como da situação. -----

Financeira do mesmo - alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º e nº 4 do artigo 35.º, anexo i, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações para apreciação.-----

-----2.2-Eleição do presidente da Junta de Freguesia para ser delegado ao XXVI congresso da ANMP. -----

-----2.3-Eleição do membro eleito para preenchimento da vagatura do lugar efetivo que integra a assembleia da Comunidade Intermunicipal Terras de Trás os Montes. -----

-----2.4-Gabinete do Presidente-proposta para composição do júri do procedimento concursal comum para cargo de direção intermédia de 2º grau - chefe de divisão de águas saneamento e ambiente -para análise e deliberação. -

-----2.5-Gabinete do Presidente - proposta para 1ª alteração ao regulamento de organização dos serviços do município de Mogadouro — para análise e deliberação. -----

-----2.6-Gabinete do Presidente - proposto lançamento Da Derrama no Município de Mogadouro-para análise e deliberação. -----

-----2.7 Gabinete do presidente – proposta 1ª alteração do mapa de pessoal para análise e deliberação. -----

-----2.8-Unidade Orgânica Financeira (Unidade Orgânica Flexível 3º grau) -2º alteração modificativa ao orçamento da despesa do ano 2023 — para análise e deliberação.-----

-----2.9-Unidade Orgânica Financeira (Unidade Orgânica Flexível 3º grau) -2ª alteração modificativa ao plano de investimentos do ano 2023 - para análise e deliberação.-----

-----2.10-Unidade Orgânica Financeira (Unidade Orgânica flexível 3º grau) —

informação referente à participação variável no irs (ano 2024) — para análise e deliberação.-----

-----2.11-Unidade Orgânica Financeira (Unidade Orgânica Flexível 3º grau) - Fernando Peixinho José lima-sroc lda-sociedade de revisores oficiais de contas -relatório de acompanhamento em 30 de junho de 2023-para conhecimento. -----

-----2.12-Apoio concedido às Juntas de Freguesia de Peredo da Bemposta e de Urrós nos termos do regulamento de formas de apoio às freguesias/uniões de freguesias do concelho de Mogadouro — para conhecimento. -----

-----2.13-Mapa de Apoio à Criação de Emprego para conhecimento. -----

-----2.14-Compromissos Plurianuais - autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos para conhecimento. -----

-----2.15-Mapa de Cedência das Máquinas no Concelho - para conhecimento

3 -Outros assuntos. -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

---No início da sessão, o senhor Presidente da Assembleia referiu que *“considerando o disposto na constituição da República Portuguesa e no regimento da Assembleia Municipal quanto à publicidade das respetivas reuniões e ainda em cumprimento do regulamento europeu 2016/679, que é o regulamento geral da proteção de dados e da lei n.º58 de 2019 que assegura a execução deste regulamento na ordem jurídica nacional, informo que as sessões da Assembleia Municipal são gravadas e transmitidas em direto, as gravações serão mantidas nos serviços da Assembleia Municipal, pelo que as intervenções não poderão ser apagadas e não serão sujeitas ao direito de esquecimento, por visarem o prosseguido interesse público da publicitação e documentação histórica, farão parte da ata pelo que toda a gente é responsável por aquilo que disser, da forma como o disser e ninguém pode alegar desconhecimento relativamente à gravação e à manutenção da gravação nos serviços da Assembleia Municipal para documentação dos trabalhos e elaboração daquela. Estão todos conscientes que o ato está a ser gravado*-----

-----PEDIDO DE RENÚNCIA DO MEMBRO ELEITO DA ASSEMBLEIA SANDRA CRISTINA MENDO MOURA-----

-----O Presidente da assembleia Municipal comunicou a vagatura de um elemento da mesa, Sandra Cristina Mendo Moura, que ocupava o lugar de segunda secretária desta Assembleia. O Líder Parlamentar do Partido Social Democrata, António Martins, comunicou o nome de Amélia Maria Pereira Miguel Machado. -----

-----SUBSTITUIÇÃO DA VAGATURA DO MEMBRO ELEITO PELO PSD-----

-----O Presidente da Assembleia deu início à eleição tendo recebido somente uma proposta, que a designou de lista A. Procedeu-se à votação da lista A por voto secreto, cujo o resultado foi:trinta e cinco votos a favor e um branco.

De seguida, foi ocupada a vaga para segunda secretária pelo membro da Assembleia Municipal Amélia Maria Pereira Miguel Machado. -----

-----Após a votação o Presidente da Assembleia Municipal, deu seguimento aos trabalhos, comunicando a necessidade de eleger um elemento para fazer parte da Assembleia da Comunidade Intermunicipal Terras de Trás os Montes (CIM-TTM). Para tal propôs o seu nome como elemento candidato, pelo Partido Social Democrata. -----

----- 1.1 ATA DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE JUNHO DE 2023-APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO - Enviada com a devida antecedência para apreciação pelos membros municipais o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a ata à votação, para tal votaram apenas os membros presentes que também estiveram presentes na nona sessão ordinária. A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da nona sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e seis de junho do ano de dois mil e vinte e três. -----

-----1.2- PROPOSTA DE VOTOS DE LOUVOR – APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO-A bancada do PS apresentou dois votos De Louvor, o deputado Paulo carvalho referiu o seguinte: *“Bancada Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Mogadouro propõe aprovação de voto de louvor ao: - ESCULTOR MANUEL BARROCO, da Quinta das Quebradas, Castelo Branco, Mogadouro. ----- Manuel Barroco é uma das referências da Escultura Nacional e um dos nomes maiores da Cultura e das Artes do nosso Concelho e do nosso Distrito. -----*

Os seus trabalhos já foram por diversas vezes reconhecidos em todo o País, mas a sua terra natal penso que ainda não lhe fez a devida homenagem pela verdadeira importância e referência artística, nunca esquecendo estas suas raízes, onde agora reside, e isso estou certo poder acontecer em breve, por justiça e merecimento.-----

Não é certamente hoje o dia, mas propomos a esta Assembleia a aprovação de um Voto de Louvor pelo recebimento do Prémio de Escultura Zulmiro de Carvalho / CM Gondomar, recebido em julho no encerramento da Bienal de Cultura de Gaia. -----

Bem-haja Manuel, pela enorme e gratificante representação que faz do seu Concelho, um pouco por todo o lado, com os seus trabalhos e ações.

A Bancada Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Mogadouro propõe aprovação de voto de louvor a: - SÉRGIO VENÂNCIO, de Mogadouro-----

Sérgio Venâncio é um repetente nestas andanças dos Votos de Louvor, mas parece-nos devidamente justificado novamente, pela enorme façanha de ter sido VENCEDOR DA TAÇA DE PORTUGAL na modalidade de Fosso Olímpico em Tiro aos Pratos. -----

O atleta já tinha vencido já em Trap 5 e em 2021 trazido para o seu Clube de Caça e Pesca de Mogadouro a TAÇA INTERCLUBES, e começa a ser uma referência, quer local, quer nacional na modalidade que pratica. -----

*Por tais méritos, gostaríamos de lhe reconhecer tais feitos. -----
Aproveito para elogiar também o excelente trabalho que o CCPM - Clube de Caça e pesca de Mogadouro tem desempenhado, quer na melhoria das suas instalações, quer no acréscimo de participantes e provas que vem realizando. Bem hajam pelo empenho.-----*

----O deputado António Martins, pela bancada parlamentar do Partido Social Democrata apresentou um voto de louvor“ *O grupo Parlamentar do PSD propõem um voto de louvor ao atleta Sérgio Manuel Heleno Venâncio pela conquista da Taça de Portugal “Fosso olimpico” na, modalidade de tiro ao prato, por se tratar de um atleta da nossa terra, que também representa o Clube De Caça e Pesca de Mogadouro e que tanto têm promovido o nome de Mogadouro lá fora. “De seguida associou-se ao voto de louvor da bancada Parlamentar do PS Manuel Barroco. -----*

----Colocada a votação, o membro Ana Cristina Nunes da Silva Barroco ausentou-se da sala aquando da votação pelo fato de ser sua filha de Manuel Barroco. Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar os votos de louvor, passando para o ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

----1.3-PROPOSTA DE VOTOS DE PESAR – APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO. – Foi referida a existência de um voto de pesar, pelas duas bancadas PS e PSD ao membro da Assembleia Municipal Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, pelo falecimento da mãe Emília Ferreira. Colocada a votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de pesar.

----1.4-INFORMAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E EXPEDIDA: - A Assembleia tomou conhecimento da informação referente à correspondência recebida e expedida da Assembleia Municipal desde a última sessão. -----

----1.5-PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

---- Não havendo intervenções por parte do público o Presidente da Assembleia deu continuidade aos trabalhos passando para o ponto seguinte.

----1.6-TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO: -----

----Pediram para intervir os membros:

----Paulo Ricardo Malta Coelho que referiu o seguinte:" *No dia 29 de junho o senhor Presidente da Câmara esteve presente numa reunião com a AICEP, segundo o Facebook, não encontrei esta informação em nenhum documento formal que nos foi enviado porque o documento da atividade do Presidente da Câmara não tem as páginas todas. Já tive oportunidade de colaborar com a AICEP, numa viagem de negócios ao Japão e só tenho elogios para descrever o apoio prestado tanto pela AICEP, como pela Embaixada Portuguesa em Tóquio. No que respeita à diplomacia económica é um dos*

melhores instrumentos públicos. Senhor Presidente, pergunto-lhe como correu esta reunião e quais as próximas ações a desenvolver? Em assembleias anteriores já debatemos bastante sobre o que seria o Centro de Recursos. Depois de concluirmos que uma boa utilidade para o espaço, que outrora foi uma escola e que hoje está vazio, seria uma escola profissional. O espaço continua sem utilidade, senhor Presidente como está este processo? A ideia mantém-se? Vamos ter uma escola profissional em Mogadouro? Obrigado a todos pela vossa atenção. Continuação de um bom trabalho”. -----

-----Manuel Lobo, que disse: “Trago aqui novamente a temática de situações de atraso no envio da documentação aos membros desta assembleia, sem certidões, o que prejudica e, em alguns casos inviabiliza, que este possam fazer o seu papel de escrutínio e fiscalização dos mesmos. Já aconteceu anteriormente e justificaram apresentado esta situação como excecional, mas espero que não se venha a tornar regra. Não sei qual foi a lógica marcar a reunião para tão cedo, quando costumava ser mais ao final do mês. Assim acautelava situações de férias e dava tempo de colocar as questões saídas das reuniões de câmara (cujas datas são previsíveis atempadamente). Espero que não seja propositado, pois isto constitui uma falta de respeito para com todos os deputados e presidentes de junta de todos os partidos sem exceção e uma tentativa consciente ou não, de esvaziar as suas funções atribuídas pelos munícipes. (A menos que assumam que estamos aqui todos a fazer figura de corpo presente.) Por isso, vinha novamente apelar ao envio atempado da documentação, caso contrário recuso-me a votar estes pontos.

*-----Estado da criação da EIP – Ponto de Situação; -----
Sr. Presidente vinha por este meio pedir o ponto de situação da formação da nova EIP, ou seja, se já há protocolo algum protocolo assinado ou com aprovação. Como sabemos esta EIP já podia estar em funcionamento desde outubro passado, mas o executivo não achou importante e como tal assim não o quis. Infelizmente este ano o concelho voltou a ser assolado pelo flagelo dos incêndios (Foi o terceiro maior a nível nacional este ano, segundo informações por mim recolhidas) o que reforça ainda mais a urgência de constituir essa nova equipa. Recentemente, felizmente, verificou-se um recuo do executivo e declararam intenção de constituir essa desejada segunda EIP, mas ainda não vemos resultados práticos. Davam a entender que o anterior executivo a poderia fazer em menos e um mês, com campanha pelo meio, mas afinal. Já passaram quase 3 meses e ainda nada. Por isso vinha por este meio pedir esclarecimentos acerca deste assunto. ---*

*-----Professor de educação física; -----
-----Chegou-nos a informação de que ficaram com menos um elemento disponível de quadro dos professores de educação física. Dado que o ano letivo está a começar e esta foi uma aposta deste executivo, pedia informações ao Sr. presidente ou a Sra. vereadora Márcia, para quando*

estariam a prever reforçar substituir o referido elemento e, as funções por ele desempenhadas”.-----

----- De seguida interveio o membro Paulo Carvalho que salientou: *“Queria fazer ao Sr. Presidente da Câmara 3 simples questões em relação à Feira dos Gorazes deste ano:*-----

- Qual o valor do subsídio atribuído para 2023? -----

- Se houver reforço financeiro, quais as áreas em que esse reforço é aplicado? -----

- Já há financiamento garantido para o evento? -----

Voltarei a este púlpito, se necessário for, e me for permitido, após as respostas obtidas. -----

Muito obrigado.”-----

-----O Presidente da Junta de Paradelas, Francisco Afonso Telo, que começou por agradecer ao executivo Municipal pelo apoio financeiro que deu aos jovens de Mogadouro que participaram nas Jornadas Mundiais da Juventude (JMJ). Referiu ainda a necessidade do alargamento do caminho da estrada Municipal entre Remondes, Paradelas e Brunhoso assim como o caminho entre Paradelas e Valverde. -----

-----Jorge José Martins Dias, que disse: *“Na vulgaridade da desculpabilização, temos por defeito, culpamos os outros... principalmente aqueles que nos antecederam. O médico diz que o seu colega anterior não deveria ter receitado tal antibiótico, o professor diz que o anterior não consolidou bem as vogais, o pintor diz que aquela tinta não seria a mais indicada etc. Mas, quando chegamos aos políticos aí cai-se mesmo em exagero. Enfim é um hábito dos humanos ou de quase todos os humanos. --*

-----Bem, isto tudo para dizer que como sabem Vº. Exas. estão a dois anos do vosso mandato e acho que é altura de os chamar à responsabilidade e por isso de trazer aqui alguns aspetos que me parece terem que ser solucionados.-----

-----Biblioteca.-----

-----Sei que as bibliotecas que trabalham em rede têm um regulamento comum, sendo depois acrescentada a parte das especificidades a nível local.-----

Acho que a nossa biblioteca deveria ter um regulamento próprio, aprovado em Assembleia, pois trata-se de um espaço público.-----

Existem pontos que eu gostava de ver melhorados como por exemplo o tempo de retenção dos livros em casa, a quantidade de livros a levar para ler ou consultar, etc.-----

A Biblioteca Trindade Coelho é certamente uma referência não só a nível local, mas também a nível nacional. É comum ver neste espaço profissionais de outros concelhos em consulta ou em preparação de trabalhos.-----

----- Ora, foi precisamente um destes profissionais que me chamou a atenção para diversos aspetos negativos e que eu próprio já constatei por diversas

vezes.-----
*A enumerar: À morosidade da consulta via internet, devido aos computadores em estado ultrapassado; A quantidade de baldes a apanhar água das chuvas que se infiltra;-----
O frio ou a estufa que se verifica no piso superior conforme a estação do ano; (e acredite sr. Presidente, eu estive lá em agosto a selecionar uns livros e não aguentei mais que cinco minutos).----- Por último, pergunto o que aconteceu aos repuxos e à queda de água no espaço circundante, acabou-se água ou entupiram-se os expressores.-----
Passemos agora ao turismo, aspeto que todos nós usamos a miude e que todos gostaríamos de ver potenciar.-----
Há uns anos, um dos irmãos Pires, que já não sei qual deles foi, e muito bem, referiu-se às bicicletas elétricas que estão também junto à nossa biblioteca, dizendo que estas deveriam estar protegidas das mais diversas intempéries. Pois bem ainda continuam no mesmo sítio.-----
Mas o mais grave é que só estão ali e perdoem-me a expressão, para encher pneus, pois a aplicação não funciona, segundo o que foi dito pelo telefone, a um dos vários turistas que tentou delas usufruir, por um funcionário da Douro/Duero, não funcionam por falta de um técnico que garanta a manutenção.-----
Bemposta, a minha terra natal.-----
Também acho que o sr. Presidente da junta de Bemposta já chamou atenção para alguns destes aspetos, mas nunca é demais relembrar e assinalar-se também a nossa preocupação com as aldeias do Concelho.----- Agora que se fala tanto nos lagos do rio sabor, não nos devemos esquecer de algumas das enormes potencialidades do rio Douro e de quem nele como empresário insiste em operar.-----
O caminho para o ancoradouro de Bemposta no rio Douro é urgente melhorá-lo.-----
Ouvi dizer que o caminho que une Bemposta a Urrós, recentemente inaugurado, levou um tipo de pavimento que o Parque do Douro Internacional permite, pois bem, temos aí a solução.-----
Não esquecer de melhorar a zona mais próxima do ancoradouro e dotá-la de instalações sanitárias e caixotes do lixo. Pois, na última viagem de barco que fiz neste rio, houve algumas senhoras que não aguentando tiveram que fazer as necessidades fisiológicas, atrás de umas giestas. -----
-----Queda de água de Lamoso. Segundo um estudo de uma revista sobre turismo e potencialidades locais é um dos sítios mais visitados do nosso Concelho e por isso quem nos visita deve ser recebido com a maior dignidade.-----
Será também urgente melhorar as acessibilidades, optando também pelo mesmo piso da ligação Bemposta Urrós e melhorar todo o passadiço e área envolvente.-----*

-----*Quebremos também este mau hábito, de que depois de termos as obras concluídas, nos esqueçamos de lhe garantir a necessária manutenção*”-----

-----Presidente da Junta de Freguesia de Travanca, Américo Rodrigues, que referiu as constantes queixas que têm dos seus aldeões relativamente ao aumento no pagamento da água.-----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões atrás relatadas, começando por referir que a sua deslocação à Agência para o Investimento Comercio Externo de Portugal (AICEP) foi produtiva, pois o Município foi contactado por uma multinacional que o questionou sobre a disponibilidade de um terreno com uma área de oito hectares para futuro investimento, mesmo não se referindo ao CAE de intervenção. Reforçou dizendo que seria uma mais-valia para Mogadouro. -

-----Relativamente ao Centro de Recurso, disse que este encontrava em fase de elaboração do projeto. No entanto, o Município reuniu com a Secretária de Estado da Educação e transmitiu-lhe a mensagem de que Mogadouro quer uma Escola Profissional. Mesmo que para isso tenha que realizar protocolos com outras entidades, como é o caso do Agrupamento de Escolas de Mogadouro, e a Escola Profissional de Trancoso.-----

-----Justificou a necessidade de se realizar a Assembleia Municipal mais cedo pelo fato de não atrasar mais a adjudicação do matadouro, pois o Tribunal de Contas começa a pedir justificações pelos atrasos.-----

-----Em relação ao incêndio, referiu que apesar de ter ardido uma área considerável, foi combatido pelas máquinas e meios aéreos com grande rapidez. Deixou desta forma um agradecimento aos bombeiros, e todas as pessoas e instituições do concelho e concelhos vizinhos, envolvidas nas na cedência e manipulação de máquinas e meios aéreos .-----

-----Proferiu ainda que o processo de substituição do Professor de Educação Física se encontra em curso.-----

-----Salientou que atribuição de um subsidio para a Feira dos Gorazes foi de cento e sessenta e cinco mil euros, no entanto através da Associação Comercial e Industrial de Mogadouro foi realizada uma candidatura ao Portugal Events (Programa de Apoio á Organização de Eventos de Interesse Turístico), na tentativa de se obter financiamento. Além disto disse que foram contactados alguns investidores do território, tendo-se conseguido até à altura um financiamento de dez mil euros e entrega de quinze mil copos reutilizáveis por parte da empresa MOVERA, assim como a eletrificação de vinte stands. Por seu lado, reforçou, que os produtores com a marca ORIGEM MOGADOURO, iriam ter um stand próprio e gratuito, para poderem vender os seus produtos. Referiu ainda que a entrada da feira será gratuita. -----

-----Não deixou de mencionar que o alargamento da estrada que serve Paradela, Brunhoso e Remondes não será executada para já, assim como, o caminho que liga Paradela a Valverde, agradecendo ainda ao presidente da

Junta de Paradelas pelas palavras de agradecimento transmitidas.-----

----- Não quis deixar de aludir que todos os problemas que se encontram nos edifícios do Município já não são de agora, mas que estará em curso adjudicação de um projeto para os resolver de raiz, salientado o caso da Biblioteca Municipal e Casa das Artes.-----

-----Expôs que um dos entraves ao desenvolvimento turístico no Douro é o a Agência Portuguesa do Ambiente(APA), pelo facto de não deixar realizar construções a cem metros das linhas de água, assim como o caminho que liga á cascata da Faia, não ter sido arranjado por diversas dificuldade encontradas. No entanto, a candidatura de cento e cinquenta mil euros realizada para os quatro concelhos pelo Douro Superior vai ajudar à certificação, limpeza e arranjo dos percursos pedestres.-----

-----Explicou que, o aumento do pagamento da água reside no tarifário que a Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), obriga rigorosamente a cumprir e com aquilo que o executivo camarário em mandatos anteriores foi obrigado a comprometer-se.-----

----- Após intervenção do Senhor Presidente de Câmara, o Presidente da Assembleia abriu inscrições para uma segunda vaga, tendo-se inscrito o:

-----Presidente de Junta de Bemposta, António Luís Bernardo Martins, que referiu o seguinte: A Freguesia de Bemposta relativamente há promoção de eventos, recriação de tradições e desenvolvimento de atividades turísticas, tem realizado algumas dentro do possível. No tocante ao melhoramento do caminho do caís, este está em estudo para se poder pavimentar em definitivo. No que respeita à Faia, aguarda-se que o Instituto Da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) deixe intervir ou dê autorização para que a Junta De Freguesia e a Câmara possam trabalhar em conjunto na sua recuperação.-----

----- Presidente da Junta de Urrós, Carlos Manuel Preto Alves, para agradecer ao Município de Mogadouro, pelo apoio que deu na realização da corrida de touros e pelo trabalho de iluminação do Parque das Lages. Salientou ainda a necessidade de proteção do miradouro do cerco, *“que tanto têm de bonito como de perigoso”*. Chamou atenção para o fato de após a Junta de Freguesia ter procedido à limpeza um caminho rural na freguesia, foi multado pelo Instituto Da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), alegando ter aberto um caminho novo, caso não é real, pois este já serve de passagem há mais de oitenta anos. Por fim, pediu ao Município, ajuda junto dos Correios (CTT) na obtenção de dois códigos postais, em duas ruas da freguesia, cuja a ausência está a dificultar a entrega de cartas aos moradores.-

-----Membro da Assembleia, Paulo Daniel Lopes Carvalho, que proferiu o seguinte: *“Sr. Presidente, além dos seus esclarecimentos, tivemos conhecimento do Plano de Atividades apresentado pela ACISM e quero deixar bem claro que nada temos contra o reforço da verba atribuída, e muito menos se houver realmente financiamento externo para tal. Poderia*

ser até mais avultada se sentíssemos realmente que o reforço seria canalizado para a implementação de uma verdadeira Feira Agrícola, como deveria ser a Feira dos Gorazes, que tanto orgulho tínhamos que o fosse durante tantos e tantos anos.-----

-----Mas percebemos é que o duplicar do investimento vai praticamente ser somente aplicado em 2 espetáculos musicais, em contraponto ao que deveria ser investido na melhoria das condições da Feira e na sua forte aposta de voltar a ser uma verdadeira referência Agrícola, atrevo-me a dizer, do Norte de Portugal.-----

*-----Não concordamos com isso Sr. Presidente.-----
Fará V. Exa. o que achar melhor e para isso tem toda a legitimidade, mas para nós é: -----*

- Na melhoria das condições expositivas, -----*
 - Na redução dos valores exorbitantes de aluguer de espaços, principalmente para os locais, -----*
 - Na implementação de mais e verdadeiras manifestações agrícolas, -----*
 - Na organização de colóquios e assembleias afetos a temas relacionados com agricultura, -----*
 - Na partilha e porventura na parceria direta com a Feira Agrícola de Salamanca, tornando-nos um evento mais internacional e Ibérico, -----*
 - Na aposta forte nos setores do vinho, do azeite e da amêndoa, -----*
 - Na animação cultural e popular, mas condizente com o tema, não na transformação deste evento num outro, similar a tantos outros que vão proliferando por aí e sem distinção e inovação, -----*
- e em tantas e tantas outras coisas que poderiam ser incrementadas, que se justificaria esse avultado reforço financeiro sem crítica. -----*

*Dir-me-á V. Exa. que esses artistas trarão gente a Mogadouro. -----
Disso não tenho dúvida. Mas e o retorno que poderá trazer compensa o investimento? -----*

Num espetáculo que decorre das 23 a 1 da manhã, a grandíssima maioria das pessoas tem tempo de jantar sossegadamente em suas casas, vir ao espetáculo, e no final regressar sem mais valias efetivas. -----

Assim fomos já testemunhas em anos passados. Temos definitivamente que retirar ensinamentos das coisas. -----

No mínimo, se era para que os espetáculos trouxessem retorno financeiro aos agentes locais e da feira, que pelo menos fossem as 15h da tarde ou hora parecida.-----

Assim sendo, após os espetáculos, haveria tempo para visitar com calma a Feira e a Vila, e possivelmente alongar a sua visita até à hora de jantar, reforçando a receita da restauração e bares. -----

Não somos donos da verdade, apenas tentamos novamente ajudar no encontrar de soluções para que as coisas possam funcionar de forma eficaz e eficiente. -----

Não nos condene por opinar. É tão somente isso. Fará V. exa. o que bem entender. -----

Mais, Feiras parecidas aos Gorazes, e dou exemplo da Feira de São Pedro em Macedo de Cavaleiros, foram definhando, na minha opinião exatamente por esse erro de abordagem. -----

Transformaram a Feira em mais uma Festa, e durante o dia as pessoas que visitam a Feira e, claro está, consomem, que é o que se pretende, vão sendo cada vez menos, guardando a viagem para à noite poderem sossegadamente ver os espetáculos.-----

Penso não ser isso que se pretende. -----

Se de uma Feira se trata, então há que tratar bem os intervenientes diretos no evento, ou seja os expositores, produtores e agricultores, que são eles que fazem a feira e fazem-no muito com um intuito comercial. -----

Corremos o risco de um dia não haver quem queira estar presente. E pelos motivos acumulados que já apresentei. -----

Uma Festa é uma Festa. -----

Um Festival é um Festival. -----

Uma Feira é uma Feira. -----

Uma Missa é uma Missa. -----

Cada qual tem a sua forma de abordagem-----

Se queremos artistas comerciais sonantes em Mogadouro, então está na hora de definitivamente apostar nas Festas da Vila, ou seja na Senhora do Caminho e na Santa Ana, e fazer dessas festas também uma referência ainda mais vincada e de qualidade do que hoje felizmente já são, por mérito e esforço de quem as trata.-----

Perdoem-me a imodéstia das minhas opiniões, mas penso ser aqui também o sítio certo para as podermos emitir. Usem-nas ou não, concordem ou não com elas, fica o registo do meu pensar. -----

Que seja uma Feira grande e bonita é o que desejo, cá estarei para a ajudar a ser, mesmo como empresário, como sempre fiz, mas sinto que poderia ser diferente e fazer verdadeira diferença no contexto das Feiras deste género, mesmo a nível Nacional e Ibérico. Tenho essa ambição. -----

Muito obrigado."-----

----O Presidente da Junta de Freguesia de Paradela, Francisco Afonso Telo questionou o Senhor Presidente sobre se a canalização da conduta de água de Paradela/Salgueiro ainda seria realizada durante este ano, pois recebe constantemente queixas de que está não chega em condições á população.-- O membro da Assembleia Municipal Jorge José Martins Dias referiu o seguinte :"*Pergunto ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara e considerando o nº 5 do artigo 112 do código do Imposto Municipal sobre Imóveis, (IMI), os municípios podem fixar um taxa a aplicar em cada ano dentro do intervalo previsto na alinea c) do número 1 prédios urbanos entre 0,3 e 0,45 por cento. Considerando ainda que o código do IMI, prevê no número 1 do artigo 112-*

A, que os municípios podem, depois de uma proposta do executivo ou do seu Presidente e mediante aprovação da Assembleia, fixar uma redução da taxa a vigorar no ano a que respeita o imposto, nos casos dos imóveis destinados à habitação própria e permanente do sujeito passivo ou dos seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que nos termos do código do IRS compõem o agregado familiar, de acordo com um valor a estipular.-----

-----*Recordo-me que no mandato anterior os valores eram: 1 dependente 20 €, 2 dependentes 40 € e três dependentes 70 €.*-----

-----*Em consulta ao Portal das Finanças verifiquei que o Município de Mogadouro em relação aos Imóveis a taxa mínima se mantém nos 0,3 por cento, mas em relação ao agregado familiar é o único município do distrito de Bragança que não contempla os seus municípios com a possível dedução prevista em lei.*-----

Senhor Presidente da Câmara, se queremos fixar pessoas e aumentar a taxa de natalidade temos que obrigatoriamente apoiá-las incondicionalmente com benefícios, principalmente aqueles que estão previstos em lei. Neste âmbito e tendo como intuito beneficiar quem cá vive e trabalha a bancada do Partido Socialista recomenda ao executivo a apresentação de uma proposta para ser colocada a deliberação para a próxima Assembleia.”-----

-----O Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas, começando por referir que irá fazer pressão junto dos CTT, para resolver o problema de entrega da correspondência que é geral, no Concelho. Reforçou mais uma vez que os Produtores da Terra não pagarão nada, que haverá mais máquinas agrícolas e que a feira não será desvirtualizada. Por questões de financiamento terá uma componente turística, que na sua opinião é uma mais valia para o concelho. No tocante á adutora, lamentou o fato desta ainda não ter sido concretizada, mas salienta ser uma prioridade a executar. Para finalizar referiu que na próxima reunião de Câmara irá sem falta a proposta do IMI, que será trazida à próxima reunião da Assembleia Municipal. -----

-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

-----2.1 APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO (al. c) do n.º 2 do artigo 25.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):

----- Pediu para intervir o membro Jorge Dias para pedir explicações sobre as reuniões que a Senhora Vereadora Márcia Barros, teve com a associação Palombar e com a CIM-TTM. -----

-----Na ausência da Senhora Vereadora, o Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que a reunião com Associação Palombar teve a ver com uma candidatura de fundo ambiental e a reunião com a CIM-TTM passou pela distribuição das verbas do quadro comunitário2030-----

Não havendo mais intervenções o Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte: -----

-----2.2 ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA PARA SER DELEGADO AO XXVI CONGRESSO DA ANMP. -----

-----A bancada Parlamentar do Partido Social Democrata apresentou o nome do Presidente da Junta De Urrós, Carlos Manuel Preto Alves, como possível delegado ao XXVI congresso DA ANMP. Por seu lado, a Bancada do Partido Socialista não apresentou nenhum nome para Delegado. Colocada a votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o nome do Presidente da Junta de Urrós para delegado ao XXVI congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----

-----2.3-ELEIÇÃO DO MEMBRO ELEITO PARA PREENCHIMENTO DA VAGATURA DO LUGAR EFETIVO QUE INTEGRA A ASSEMBLEIA DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DE TRÁS OS MONTES.-----

-----A bancada Parlamentar do Partido Social Democrata propôs o nome do membro Vítor Manuel Parreira Batista, lista A, para integrar a assembleia da Comunidade Intermunicipal Terras de Trás os Montes. Por seu lado a bancada do Partido Socialista propôs o nome do membro Paulo Ricardo Malta Coelho, lista B, para integrar a mesma Assembleia. Colocada a votação, por voto secreto, o resultado foi vinte votos para a lista A, quatorze para a lista B, um em branco, o que perfaz um total de trinta e cinco votos. Foi assim eleito o membro Vítor Manuel Parreira Batista para integrar a Assembleia da Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes. -----

-----2.4-GABINETE DO PRESIDENTE- PROPOSTA PARA COMPOSIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2º GRAU -CHEFE DE DIVISÃO DE ÁGUAS SANEAMENTO E AMBIENTE -PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

-----Não houve intervenções depois de colocada à votação foi deliberado o ponto por unanimidade-----

-----2.5-GABINETE DO PRESIDENTE - PROPOSTA PARA 1ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE MOGADOURO — PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

-----O Presidente da Câmara informou que as alterações que se realizaram no referido regulamento, passaram pelo serviço de promoção do município relações externas que se encontrava afeto à Divisão de Contratualização e Informática, passando agora para a alçada do Presidente de Câmara e a manutenção dos edifícios que estava afeta da duas divisões, fica agora a manutenção dos edifícios para DIOM e a gestão funcional para a DECAST. Para terminar referiu que no topo do organigrama onde se lê Presidente de Câmara passa a ler-se Presidente de Câmara e Vereadores. -----

O membro Jorge José Martins Dias questionou se as competências do Procedimento de Recrutamento de Dirigentes Intermédios do Município pertenciam a este regulamento, ou já estavam no anterior. Pelo que foi respondido que já estavam no regulamento anterior. -----

-----Não havendo mais inscritos, o Presidente da Assembleia deu continuidade à reunião passando para o seguinte ponto: -----

-----2.6-GABINETE DO PRESIDENTE - PROPOSTA LANÇAMENTO DE DERRAME NO MUNICÍPIO DE MOGADOURO-PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO-----

-----O Presidente da Câmara usou da palavra para salientar “*No âmbito da discussão que tem havido a propósito das barragens, foi-me sugerido por técnicos credenciados que era importante e benéfico para o concelho introduzir a Derrama, a exemplo do que foi feito por outros Municípios, de maneira a obrigar as grandes empresas, nomeadamente, os gestores da Banca, Seguros e Centros electroprodutores a contribuírem para o desenvolvimento do território, razão pela qual propus ao executivo que aprovasse a presente proposta. Dado que em 2023 já não é possível aprovar o Regulamento de Reduções e Isenções de Derrama, proponho a esta Assembleia que aprove a proposta de Instituição da Derrama, mas que a mesma só produza efeitos em 2024, de forma a que o primeiro ano de aplicação de derrama sobre o lucro tributável seja 2024, altura em que também já vai vigorar o Regulamento de Reduções e Isenções. Assim, o Regulamento será submetido a aprovação da Câmara Municipal no início de 2024, seguindo para discussão pública e finalmente submetido a aprovação da Assembleia Municipal. Com base nesse Regulamento já aprovado e publicado, farei nova proposta ao Executivo, propondo a isenção de Derrama para todas as empresas com valor de faturação inferior a 5 Milhões de euros, exceto as empresas com os Códigos de Atividade Económica 35 e 64, que correspondem às áreas da Banca, Seguros e Produtoras de Energia Elétrica.*” -----

-----O membro Paulo Ricardo Malta Coelho relativamente a este ponto referiu: “*Não concordo com a ideia de aumentar a carga fiscal sobre as empresas neste momento. As empresas vão ter menos liquidez, menos capacidade de investir e de contratar mais pessoas, com o acréscimo desta despesa. Felizmente as finanças do município estão de boa saúde, devido a uma boa gestão financeira dos últimos anos. Não existe nenhuma necessidade de receitas para o curto prazo para equilibrar contas ou obter financiamento através de impostos. Neste momento as famílias e as empresas estão sobrecarregadas, devido à conjuntura económica, com juros e inflação exceccionalmente elevados. Nesta fase dos ciclos económicos é importante apoiar as empresas locais e mais um imposto sobre os rendimentos empresariais só vai piorar o cenário económico. Este imposto também nos retira competitividade fiscal perante outros municípios. Tenho referido várias vezes que devemos fazer esforços para atrair empresas para*

o nosso município, ora este imposto condiciona qualquer estratégia de atração de empresas. Este imposto é transversal a todos os sectores económicos. Quando vir o “Projeto de regulamento de Redução e Isenção de Derrama do Município de Mogadouro” que o senhor Presidente da câmara falou e que ficou registado na ata nº15/2023, que nos foi enviada há 2 dias, então aí, depois de apresentado e discutido o regulamento é que podemos deliberar sobre este assunto. Por isto não posso aprovar qualquer Lançamento da Derrama no Município de Mogadouro neste momento. Obrigado a todos pela vossa atenção. Continuação de um bom trabalho.” -

-----O Membro António Luís Bernardo Martins referente a este ponto referiu concordar com a proposta do Senhor Presidente havendo, no entanto *a posterior* a necessidade de votar o regulamento referido. -----

-----O Membro Vítor Manuel Parreira Batista relativamente a este ponto usou da palavra para dizer: Que apesar das dúvidas que o documento suscitou, o regulamento não pode ser aprovado sem a proposta ser primeiramente aprovada, salientou que em seu nome, Vítor Batista, membro da Assembleia aprova esta proposta apresentada pelo senhor Presidente. Pois, só desta forma é que poderá haver um regulamento que obrigue as grandes empresas a também deixarem dinheiro no concelho, repartindo o pagamento das suas Derramas que já fazem, mas apenas nos grandes municípios onde têm sede social, passem também a contribuir para o nosso território, onde também operam e geram lucros. Ao mesmo tempo esse regulamento será o veículo legal para isentar as empresas sediadas ou a virem ser sediadas no concelho de Mogadouro, numa discriminação positiva destas. -----

-----O Membro Jorge José Martins Dias declarou que não aprova um documento destes, como é o caso da proposta apresentada, sem aprovar primeiramente um regulamento, pois Assembleia Municipal delivra sobre certidões. Referiu ainda, que não põem em causa a aplicação da Derrama sobre estas grandes empresas, mas face a carência de certidões e regulamentos não pode aprovar este documento. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para explicar que se pudesse tinha tirado este ponto da reunião, no entanto como este foi deliberado e aprovado pelo executivo não o pode fazer. Referiu ainda que esta proposta foi feita tendo em conta a base que a regulamenta e sem primeiramente se criar a Derrama não pode ser aprovado o regulamento, que já se encontra elaborado. -----

-----O Presidente da Assembleia chamou atenção para o fato de se estar a adiar um assunto, pois os outros concelhos, como Miranda do Douro aprovaram primeiro a proposta da Derrama e de seguida o regulamento. A proposta está na mesa e cada qual assume a responsabilidade das suas votações. -----

-----O Membro António Luís Bernardo Martins salientou que o que está em

causa é a criação da Derrama. Só posteriori com a discussão pública do regulamento é que as pessoas se devem prenunciar sobre a sua boa ou má elaboração. Não aprovando a proposta de criação da Derrama é fazer com que as grandes empresas não paguem no nosso concelho a Derrama. É da opinião que a proposta deve ser votada e cada um assumir as suas responsabilidades. -----

-----O Membro Jorge José Martins Dias proferiu que o fato de não aprovar a proposta passa por não estar explanada na certidão. O que se encontra referido na certidão é o que está escrito na lei. Salienta ainda que não está contra o taxamento da Derrama das grandes empresas, mas as deliberações têm que ser bem feitas. -----

-----O Presidente da Assembleia, sobre este ponto referiu ainda que as empresas não estão preocupadas com a Derrama, pois já a pagam nos oncelhos onde estão sediadas. Desta forma o que pretende é que essas distribuam a Derrama pelos territórios onde obtêm o seu lucro. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara volta a intervir para mencionar que as propostas têm de ser apresentadas desta forma. No entanto como a certidão não pode ser retirada, está proposta foi anexada a ela. As certidões têm de conter o valor máximo e mínimo de pagamento. Fez ressaltar ainda, que neste ano de dois mil e vinte e três ninguém pagará Derrama, nem as pequenas empresas nem as grandes. Por fim referiu que como um regulamento pode ser alterado sempre que necessário, caso aconteça podem ser sempre incluídas novas empresas para pagamento da Derrama.-----

-----o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação, cujo resultado foi vinte e quatro votos a favor seis votos contra e cinco abstenções, aprovada a proposta de lançamento da Derrama no município de Mogadouro por maioria. Houve no entanto uma declaração de voto contra por parte da bancada Parlamentar do Partido Socialista: *“O nosso voto contra o imposto, o lançamento de Derrama, no Concelho de Mogadouro, vai em consonância a não prejudicar as empresas no nosso Concelho, uma vez que entendemos que não se deve dar com uma mão e depois tirar com as duas. Entendemos que esta proposta e conseqüente certidão deveria vir acompanhada ou até ser antecedida de um regulamento de Redução e de Isenção para as empresas do Concelho de Mogadouro, que depois de analisado seria ou não aprovado por esta Assembleia. Se queremos ter e cativar empresas então há que lhes conceder diversos benefícios e isenções. E sim. Estamos de acordo que a derrama se efetue ao setor fotovoltaico, às barragens e às instituições bancárias, como é de bom exemplo, no Município de Miranda do Douro. Daí a exigência, antes de tudo, de um regulamento que especifique claramente as empresas abrangidas pela derrama e aquelas que ficarão isentas de mais um imposto. O líder da bancada do Partido Socialista. Jorge José Martins Dias.”* -----

-----2.7 GABINETE DO PRESIDENTE-PROPOSTA 1ª ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL-PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO-----

-----Não havendo intervenções o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação tendo sido aprovado por unanimidade.-----

2.8-UNIDADE ORGÂNICA FINANCEIRA (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL 3º GRAU) -2º ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA DO ANO 2023 — PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para explicar que esta alteração têm a ver com a transferência de verbas para 2025, pelo fato de haver um atraso na adjudicação do Matadouro. -----

Colocada a votação, foi aprovado por unanimidade. -----

-----2.9-UNIDADE ORGÂNICA FINANCEIRA (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL 3º GRAU) -2ªALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO DE INVESTIMENTOS DO ANO 2023 - PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

-----Estes dois pontos foram discutidos em conjunto, mas votados em separado. Após terem sido colocados a votação ambos os pontos foram aprovados por unanimidade-----

-----2.10-UNIDADE ORGANICA E FINANCEIRA (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL 3º GRAU)- INFORMAÇÃO REFERENTE À PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS(ANO DE 2024)-PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

-----Relativamente a este ponto a Senhor Presidente da Câmara explanou que todos os anos os valores do IRS e do IMI, devem ser fornecidos, fato que não aconteceu em 2022 para ter efeitos em 2023. Desta forma a proposta é que o valor em 2024 seja em vez de 2,5% tenha uma taxa de 0% para compensar o valor que a Câmara vai receber este ano. Ainda referiu que foi uma proposta aprovada em reunião de Câmara.-----

-----O membro e líder Parlamentar da Bancada do Partido Social Democrata, António Martins, deu a conhecer a proposta referindo o Seguinte “ *Pelo que no ano de 2022 por lapso, não se deliberou a redução da componente autárquica do IRS para o ano 2023 a A.T, nestas situações aplica o valor de 5%.*-----

Atendendo a esta situação propomos a esta Assembleia que recomende ao executivo que reconsidere a taxa agora proposta de 2,5%para 0% para o ano de 2024. Tendo logicamente para tal de aprovar de novo em reunião do executivo para que possa vir à assembleia de dezembro.” -----

-----O membro Vítor Manuel Parreira Batista aludiu que se trata de uma proposta para deliberar sobre um valor aplicar em 2024, com reflexos em 2025 no que diz respeito ao valor de 2,5% de IRS. Frisou ainda, que o que é pedido pelo Senhor Presidente é que esta proposta volte ao executivo para ser alterado o valor de 2,5% para 0% para compensar o ano em que se aplicou os 5%, taxa máxima. Disse ainda corroborar com esta proposta e votar a favor da recomendação. -----

O membro Jorge José Martins Dias salientou que não se pode votar o ponto 2.10, ou se vota a certidão ou se vota a recomendação. -----

-----O Presidente da Assembleia clarificou que: ambas podem ser votadas.

----- O membro António Martins usou da palavra para solicitar que a redução do chamado IMI Familiar venha incluído nesta proposta de Recomendação. -----

Pelo que o Senhor Presidente da Assembleia referiu que é intenção do Senhor Presidente de Câmara tratar este assunto na próxima assembleia, estando só em discussão e votação o ponto 2.10. Assim foi colocado a votação tendo sido recusado por unanimidade, de seguida foi colocada a votação a Proposta de Recomendação e aprovada por unanimidade. -----

-----2.11-UNIDADE ORGÂNICA FINANCEIRA (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL 3º GRAU) - FERNANDO PEIXINHO&JOSÉ LIMA-SROC LDA-SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2023-PARA CONHECIMENTO-----

-----Relativamente a este ponto o Membro Jorge José Martins Dias salientou que da sua leitura lhe suscitou uma dúvida na rubrica 59.3 e pede esclarecimento.-----

O Presidente da Câmara explicou que: esse ponto tem a ver com os apoios que são concedidos, mas que só no final do ano é que se conhece a totalidade, dependendo do investimento. -----

O Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte. -----

-----2.12-APOIO CONCEDIDO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA DE PEREDO DA BEMPOSTA E DE URRÓS NOS TERMOS DO REGULAMENTO DE FORMAS DE APOIO ÀS FREGUESIAS/UNIÕES DE FREGUESIAS DO CONCELHO DE MOGADOURO — PARA CONHECIMENTO-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento do mapa de apoio à criação de emprego enviada pela Câmara, sem ter sido manifestada intenção do uso da palavra por qualquer membro desta assembleia-----

.-----2.13 MAPA DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPREGO – PARA CONHECIMENTO:-A Assembleia Municipal tomou conhecimento do mapa de apoio à criação de emprego enviada pela Câmara, sem ter sido manifestada intenção do uso da palavra por qualquer membro desta assembleia.-----

-----2.14-COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS- – PARA CONHECIMENTO: - A Assembleia Municipal tomou conhecimento da listagem, enviada pela Câmara Municipal sobre os Compromissos Plurianuais, sem ter sido manifestada intenção do uso da palavra por qualquer membro desta assembleia -----

-----2.15-MAPA DE CEDÊNCIA DAS MÁQUINAS NO CONCELHO – PARA CONHECIMENTO. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da listagem, enviada pela Câmara Municipal sobre a cedência das máquinas no concelho, sem ter sido manifestada intenção do uso da palavra por qualquer membro desta assembleia.-----

-----3. OUTROS ASSUNTOS:-----

Após abertura do período de inscrições para uso da palavra o membro Manuel Lobo para ler um requerimento entregue à mesa da Assembleia onde referia que” *A bancada do Partido Socialista vem por este meio requerer a Vossa Excelência, Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mogadouro, de acordo com a alínea e, nº1 alínea c), do art.24 do Regimento da Assembleia Municipal de Mogadouro, elementos que possam servir de base para a temática da acumulação de cargos em funções públicas nas autarquias.*-----

Enquadramento: Na discussão do ponto- 2.4 PROPOSTA PARA 1ª ALTERAÇÃO REGULAMENTO, não verificamos nada que acautelasse este tipo de situações. Atualmente têm surgido algumas notícias relativamente a essa matéria em vários municípios espalhados pelo país e tem sido alvo de alguma controvérsia. Verificamos que se trata de uma matéria muito opaca e dúbia e, como tal queríamos procurar recolher elementos para poder orientar as melhores práticas éticas e deontológicas nos atuais e futuros regulamentos municipais.-----

Como tal solicitamos que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea f), nº1 do art.31 do Regimento da Assembleia Municipal, que faça esforços para esclarecimento desta questão junto das entidades competentes, por exemplo a CCDR Norte, Associação Nacional de Assembleia Municipais e à Associação Nacional de Municípios:-----

1-Informação relativa ao enquadramento jurídico da acumulação de cargos públicos em autarquias;-----

2-A jurisprudência atual relativa a esta matéria;-----

3-Parecer jurídico relativa a esta temática com base no que é defendido como boas práticas pelas referidas entidades;-----

Os documentos devem ser entregues ao nosso líder de bancada, Jorge Dias, em formato papel, até data conveniente, para que, atempadamente, possamos contribuir de forma assertiva com as nossas responsabilidades públicas.”-----

----Após a leitura do requerimento o Presidente da Assembleia referiu que este assunto será previamente tratado junto das entidades competentes.-----

----O membro Paulo Carvalho usou da palavra para referir "*Estamos mais ou menos a meio desta legislatura e não quero deixar passar a data sem fazer um pequeno balanço do que foram estes dois anos em termos políticos no nosso Concelho.*-----

Começo por fazer notar à minha bancada que estou grato e orgulhoso de a ela pertencer pois temos conseguido fazer um trabalho que julgo

politicamente notável nesta Assembleia e fora dela, defendendo afincadamente o defensável, criticando responsabilmente o criticável, elogiando o elogiável, e, volto a repetir, não nos limitando à crítica fácil ou à inércia opinativa, apontando de quando em vez caminhos que nos parecem mais assertivos na defesa dos Mogadorenses, das suas vidas, e na preparação de um futuro melhor para todo o Concelho.-----
Temos intervindo com seriedade, com rigor, com estudo acautelado dos temas quando possível, e acima de tudo com respeito, quer pelos nossos opositores, quer pelo eleitorado que nos elegeu. -----

-
Só concebo estar no debate político se todas estas premissas foram respeitadas e valorizadas. -----

Parabéns, portanto, a todos nós por sabermos respeitar os valores democráticos que nos unem. -----

Quanto ao balanço que poderei fazer destes dois anos de governação vou intitula-lo de: -----

«VOLTA ATRÁS, que afinal tinham razão». -----

Estou longe de querer menosprezar tudo o que de bom também foi alcançado pela governação, e disso fomos dando conta e parabenizando também durante as nossas intervenções, mas convenhamos que assistimos vezes demais a correções, a retrocessos e remedeios, evitáveis se as teimosias e as egocentricidades tivessem sido deixadas de lado, e muitas das intervenções e alertas que fomos fazendo tivessem sido tomadas em conta.-----

Não intervimos de forma ligeira. Quando o fazemos estamos certos de que pelo menos alguma razão nos assiste e fazemo-lo no sentido de ajuda no caminho a trilhar para o nosso Concelho. -----

Dou só alguns exemplos, para não ser fastidioso: -----

O caso da EIP dos Bombeiros - Fomos alertando para a importância da sua constituição, e, depois de sistemáticas negações na efetividade, voltou-se atrás e o Município, e muito bem, diga-se, quer agora que se constitua.

Os Gorazes - alertamos antecipadamente para o erro que iria ser cometido com a implementação de entradas pagas, bem como para a ausência de espaço gratuito que tinha sido criado para os produtores locais. Mais. Foi aprovada nesta Assembleia, uma moção para que tal não acontecesse, conjunta, votada por unanimidade também pela bancada do PSD e que foi completamente, repito, completamente ignorada pelo Executivo. Percebemos agora e percebe também o Executivo, porque sabemos do vosso propósito de este ano tal essa ausência não acontecer, que estávamos todos certos na recomendação, e mais uma vez voltou-se atrás nas decisões. -----

O Racewars Drag Racing - percebeu-se logo o erro cometido com a concessão de exploração em regime de quase exclusividade a uma empresa externa, e logo no final, depois de todas as críticas ouvidas, já o executivo voltava atrás nas decisões e corrigia o tiro para o próximo ano. -----



As Festas e Festarolas - Depois de 8 anos de massacre político em relação ao incremento de alguns eventos por parte do executivo anterior, eis que agora, e voltando radicalmente atrás na análise por parte do PSD, não só as Festas e Festarolas, às quais eu intitulei de Eventos, se mantêm, como até são reforçadas e crescem em número. E digo eu, muito bem. O Concelho precisa criar dinâmicas. -----

Nada tenho contra o reconhecimento do erro e a sua correção. -----

Aliás, congratulo-me por tal, se a correção for para melhorar. -----

Mas convenhamos que tantos e tantos casos nos levam a ter a percepção de que políticas a avulso, mal delineadas e a implementação das mesmas de forma diferente só para mostrar ser diferente, por vezes levam-nos a que tenhamos que fazer marcha à ré, penso eu de forma que podia perfeitamente ser evitável, se as oposições responsáveis, como sei ser a nossa, bem como até a vossa bancada, fossem mais ouvidas e tidas em conta.-----

Mas o caminho é para a frente e cá estamos para o consolidar das coisas boas e bem feitas. -----

Contem connosco novamente.”. -----

-----Mediante as questões colocadas o Senhor Presidente de Câmara respondeu que foi solicitado um parecer jurídico a um advogado sobre acumulação de funções. De seguida aludiu que o importante é que haja moralidade e honestidade no trabalho desenvolvido. -----

-----O presidente da Assembleia deu a palavra à Presidente de Junta Da União de Freguesias de Soutelo e Remondes que salientou que o lugar que ocupa é legal, pois fora solicitado um parecer jurídico a um advogado, assim como apresentou ao Tribunal de Contas uma declaração de interesse, onde explanou qual a sua profissão, obtendo deste um parecer favorável. Referiu ainda que da Junta de Freguesia não recebe remuneração. Por fim concluiu que os assuntos devem ser tratados em locais próprios não nas redes sociais.-

-----O senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto dando de seguida a palavra ao Primeiro-secretário da Mesa para que procedesse à leitura da ata em minuta. -----

-----O Primeiro-secretário da Mesa, Ilídio Granjo Vaz, procedeu à LEITURA DA MINUTA DA ATA da presente sessão.-----

-----Finda a leitura da ata em minuta, o senhor Presidente da Assembleia pôs à votação a mesma, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de que tudo o que foi tratado na sessão se torne executório imediatamente, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade. Às doze horas e trinta minutos o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Ilídio Granjo Vaz, primeiro secretário da Assembleia Municipal redigi e subscrevi. -----

O primeiro secretário da Assembleia Municipal,


(Ilídio Granjo Vaz)

O Presidente da Assembleia Municipal,


(Vítor Manuel Parreira Batista)

1)Esta ata é constituída por 9 498 palavras, distribuídas por 23 páginas e 975 linhas.

